



CONTRASP

Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada

INFORMATIVO CONTRASP - MAIO DE 2015 - EDIÇÃO 002 - DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA

Contrasp solicita audiência de urgência com a Casa Civil para tratar da redução da vigilância nos INSS

Acompanhado do presidente da FITV, Artur Vasconcelos com o apoio dos Vigilantes de Mato Grosso do Sul, o presidente da CONTRASP, João Soares protocolou um pedido de audiência de urgência na Casa Civil nesta sexta-feira, dia 8, para tratar do problema da redução dos postos de trabalho na segurança privada do governo federal, especialmente nos postos do INSS em todo o Brasil.

A política de redução orçamentária prevista este ano para o PLOA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2015, Lei 13.080 de 02 de janeiro de 2015, e Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2015, que indicou uma significativa redução orçamentária, em especial no orçamento do Ministério da Previdência Social, principalmente nos postos do INSS, vem causando demissão em massa de muitos trabalhadores em segurança privada.

Com representação política de 100% dos trabalhadores ligados às federações da segurança privada no País, a CONTRASP representa mais de 600 mil trabalhadores e não poderia aceitar passivamente a implantação de uma política de redução orçamentária que atingirá duramente a categoria que representa sem questionar os motivos e

discutir outra forma de redução, sem que precise sacrificar o emprego de tanto profissionais altamente qualificados e necessários dentro do sistema previdenciário brasileiro.

Segundo o presidente da CONTRASP, João Soares, são mais de 10 mil trabalhadores que laboram nos Postos dos Institutos de Seguridade Social (INSS) em todo o Brasil e com a redução orçamentária, pelo menos 50% dos vigilantes serão demitidos para que as Agências de Seguridade Social possam se adequar ao novo orçamento, gerando desta forma, diminuição dos postos de trabalho, aumento do desemprego, aumento da insegurança e criminalidade dentro das instituições, promovendo um verdadeiro caos, justamente numa atividade que existe para organizar a ordem e garantir a paz.

João Soares ressaltou ainda que a segurança privada é o braço direito da segurança pública, com a função específica de resguardar vidas e patrimônios e garantir a segurança e integridade física de usuários e servidores, portanto, essencial ao bom funcionamento das instituições. Para executar esse importante serviço à sociedade, conta com treinamento, disciplina, conhecimento e habilidade em seguran-

ça, curso específico para resguardar patrimônios e vidas, bem como um rigoroso padrão de segurança, não podendo ser descartado da sua presença no cotidiano das instituições, mas ampliado a sua participação.

Apesar dos avanços conquistados nos últimos anos, como o risco de vida e outros benefícios exclusivos da categoria, sua presença se faz cada vez mais necessária na vida das pessoas e das instituições, desejando que o governo federal reveja sua posição e encontre outras saídas para emplacar a redução orçamentária, mas que não seja colocando em risco preciosas vidas e valiosos patrimônios, ao implantar uma política de redução na sua própria segurança.

Logo após protocolar o pedido da audiência de emergência, a delegação foi recebida pelo deputado federal por Mato Grosso do Sul, Vander Loubet (PT), que se colocou à disposição para ser o interlocutor desta demanda que a CONTRASP considera de suma importância na vida da categoria junto a Casa Civil e encontrar uma saída que seja positiva para o Governo Federal na sua necessária política de redução orçamentária, mas que não sacrifique milhares de trabalhadores que atuam na segurança privada por todo o Brasil.

